



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: ESTUDO DE OBRAS DE AUTORIA DE LUIZ OLIVIERI EM BELO HORIZONTE*

Rita Lages Rodrigues**

1

Inelutavelmente, as agitações e inquietações do presente repercutem no trabalho do historiador. Por mais indiferente que ele seja, por mais decidido a se fechar em suas papeladas e em sua torre de marfim, o presente o sacode e acaba por tragá-lo. (DUBY, 1993, p. 143)

Os objetos de análise deste texto são as obras arquitetônicas cujo desenho inicial foi feito pelo arquiteto Luiz Olivieri que foram, no final do século XX, tombadas e ressignificadas como patrimônio da cidade de Belo Horizonte. A análise será feita a partir de algumas obras que ainda existem fisicamente na cidade e a inserção destas na capital de Minas, a partir do Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte e de dossiês de tombamento da cidade referentes às obras. As obras foram construídas nas primeiras décadas de existência da cidade, nos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do século XX.

* A apresentação deste trabalho e a escrita do artigo só foram possíveis graças ao financiamento da UFMG por parte do seu Programa Institucional de Apoio para Participação em Evento Científico, Pro-Reitoria de Pesquisa, PRPq 09/2011.

** Professora da UFMG. Professora licenciada da Universidade FUMEC. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da UFMG.

O problema central de nossa análise encontra-se na reflexão acerca da existência real das edificações em uma dupla temporalidade, o momento de construção e o momento de patrimonialização. E também com rasgos de reflexão sobre o tempo entre estes dois momentos. Os sentidos dessas obras são essenciais para refletirmos sobre a existência destas enquanto patrimônio da cidade.

As obras a serem analisadas serão O Palacete Dantas, o Shopping Oi, o Museu de Artes e Ofícios e uma casa situada à rua da Bahia onde funciona atualmente a escola de teatro Net e o prédio da Estação Central do Brasil.

Ao longo do tempo, nestas obras ocorreram várias transformações em relação ao uso. O uso constitui em um aproveitamento de algo conforme o destino de um objeto. E a questão central é justamente que este aproveitamento se transforma à medida que o destino dado a um determinado bem se modifica. Ao se tentar apreender estas transformações, procurar-se-á mostrar as mudanças que ocorrem no uso geral das construções no centro da cidade que de espaço de moradia da elite se transforma em espaço de serviços e comércio da capital. Além da reflexão sobre os novos usos relacionados à função comercial ou pública adquirida pelos imóveis, a reflexão sobre a refuncionalização destes bens como patrimônio é essencial para compreendermos a dinâmica existente nestes bens que desde os anos 1990 (com excessão do Palacete Dantas) foram institucionalmente patrimonializados.

2

O GUIA DE BENS TOMBADOS DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Material fundamental para esta pesquisa e que representa a busca de publicização do patrimônio tombado da cidade de Belo Horizonte, essencial para se democratizar o acesso à informação é o Guia de Bens Tombados da Prefeitura de Belo Horizonte. Michelle Arroyo, em um dos textos de introdução do Guia, tece as seguintes observações:

preservar o patrimônio e as referências da cidade passa pela melhoria da qualidade de vida destas áreas, visando potencializar seu uso, novas formas de apropriação e novas imagens que se articulem simbolicamente no espaço urbano. Manter as características históricas e possibilitar a inserção de novos elementos à paisagem urbana, assegurar a circulação dos pedestres, a iluminação pública, readequação dos engenhos de publicidade, reforma das calçadas e das

fachadas dos imóveis são ações que vêm sendo priorizadas e que articulam a política setorial de proteção do patrimônio cultural, com as políticas públicas de regulação urbana, planejamento urbano, cultura e educação. (CASTRO, 2006, p. 09)

Apesar de o texto de Arroyo apontar para a existência de políticas de inclusão de novos atores, de preocupação com a cidade, com o seu entorno, percebemos que ainda perdura no Guia uma visão estilística balizada pela arquitetura. Em texto elucidativo sobre os estilos existentes na cidade, análise também necessária de ser feita, mas que não se basta enquanto análise histórica e social, vários estilos são listados: arquitetura rural, ecletismo 1ª fase, Ecletismo 2ª fase, art déco, ecletismo tardio, protomoderno, modernismo, pós-modernismo/contemporâneo. Listados a partir de datas de ocorrência.

O questionamento que se faz é que a própria escolha destes estilos, estabelecidos temporalmente já representa o lugar do discurso dos responsáveis pelo tombamento, existem estilos representativos de determinado momento: isto não restringe a pluralidade colocada no discurso introdutório de novos rumos para a política de preservação? Dentro de um discurso de evolução urbana de Belo Horizonte, buscam-se as diferentes “paisagens urbanas e os espíritos de época.” (CASTRO, 2006, p. 15).

3

O PRÉDIO DA ANTIGA ESTAÇÃO CENTRAL DO BRASIL



Antigo prédio da Estação Central do Brasil (1922), tendo, à frente a escultura de Giulio Starace.

Praça da Estação – Belo Horizonte.

O prédio da antiga Estação Central do Brasil foi inaugurado em 1922, substituindo antiga edificação existente no local. De traços neoclássicos, que podemos perceber pela volumetria da construção e também por alguns ornamentos, a edificação foi feita para ser a porta de entrada e de saída da cidade, como estação ferroviária. Com a gradativa diminuição da malha ferroviária, a construção perde esta função e passa a ser a utilizada como entrada para o metrô da cidade. Nos anos 2000 é transformado em Museu, o Museu de Artes e Ofícios, construído a partir da coleção da Fundação Flávio Gutierrez. O prédio é então restaurado e seu espaço interno é reconcebido para abrigar a dita coleção. Como estação ferroviária, possui um amplo pé direito, com grandes salões que foram transformados em salas de exposição. As partes externas são também aproveitadas para expor objetos significativos destes fazeres relacionados às artes e ofícios.

Os usos do espaço hoje para guardar coleção originária de particular trazem um questionamento essencial relativo ao seu uso originário, o de prédio da Estação Central de Belo Horizonte. Os ofícios lá retratados não remetem ao ofício dos trabalhadores que ocupavam aquele espaço de trabalho, os funcionários da Central do Brasil e da Oeste de Minas. Maquinistas, foguistas, vendedores de passagens, não tem lugar naquela coleção. Na realidade, o Museu não dialoga com a cidade de Belo Horizonte. Encontram-se á profissões de tempos que a cidade civilizada e moderna não desejava, mas que também são importantes de serem retratados, talvez não neste espaço e não da forma como o são.

Houve uma musealização do espaço para abrigar a coleção, realizada por museógrafo francês, muito festejado no momento de inauguração do espaço como Museu. No entanto, faltou a relação com o ethos local, com a cidade, com a edificação e o seu significado para a cidade e também com o entorno. Houve, neste espaço, um processo de gentrificação, uma mudança, que longe de ser uma restauração como propagandeada pelos vídeos institucionais, tratou-se de uma reinvenção do local com o objetivo de abrigar a coleção.

Um problema presente na conformação deste espaço é a imbricação entre o público e o privado, tão presente em nossas instâncias governamentais e nos usos que são feitos dos espaços públicos. A gestão é feita por uma Fundação de direito privado, a

Instituto Cultural Flávio Gutierrez. No entanto, o dinheiro aplicado é, em sua grande maioria, oriundo de Leis de Incentivo à Cultura, dinheiro público, por significar ou financiamento direto por meio de Fundos Culturais ou por meio de isenção fiscal. A presidente do Instituto é Ângela Gutierrez, filha de Flávio Gutierrez, responsável pela coleção e também aquele cujo nome é dado ao Instituto. No site da instituição encontra-se descrito que a coleção foi doada ao patrimônio público, sem citar o nome da instituição a qual foi realizada a doação. A instituição é o IPHAN. Além disso, fala-se que o Museu é iniciativa do Instituto já citado, em parceria com o IPHAN e com a CBTU. De acordo com informações presentes no site, o Museu é uma unidade do Instituto Cultural Flávio Gutierrez, sendo dado destaque na página da equipe técnica ao nome da presidente do referido Instituto e aos membros do corpo técnico do Museu. Não há nenhuma informação referente a representantes dos parceiros, IPHAN e CBTU.

Outro aspecto a ser indicado é o uso simbólico de tal espaço para promoção individual ou de grupos com interesses econômicos. Em que medida este uso de verba pública pra instituições com interesses e gestões privados devem ser aplicados nestes espaços e não em espaços públicos, museus já existentes, onde poderiam ser aplicados diretamente. Estas opções são decisões políticas, tomadas em determinados momentos de acordo com os interesses dos atores políticos. É necessário se explicitar este jogo para que estas tomadas de decisão não fiquem restritas a pequenos grupos e a interesses que sejam externos aos interesses da cidade.

PALACETE DANTAS



Palacete Dantas

Avenida Cristóvão Colombo, 317. Construído em 1915, inicialmente para uso residencial

Construção de destaque na cidade, o Palacete Dantas passou por grandes transformações ao longo da existência. Edificado em 1915 pelo proprietário, o engenheiro José Dantas, o projeto é de autoria de Luiz Olivieri. Em suas dependências estiveram a sede do Automóvel Clube, em que passou por transformações no espaço interno, passou por um momento de abandono, abrigou a FUMEC por um período, sendo incluída no tombamento do conjunto da Praça da Liberdade em 1977. Foi adquirida pelo Governo Estadual em 1981, através do IEPHA/MG, sendo então restaurado. Abrigou a Coordenadoria de Cultura, hoje transformada em Secretaria de Estado de Cultura.

O lugar que ocupa na cidade é de destaque, figurando ao lado do Palácio da Liberdade e também dos principais prédios governamentais, ocupados pelas secretarias de estado. Há um relatório do IEPHA acerca de tal edificação, no qual se descreve o espaço da construção:

O chamado Palacete Dantas se distingue das demais construções residenciais de sua época por ser produto de um empreendimento particular do mesmo porte e estilo das edificações oficiais que o circundavam. Destinado a abrigar uma família grande e abastada foi planejado com generosidade de espaços e requinte ornamental. Sua planta dividi-se em 2 pavimentos, concentrando os ambientes mais

importantes (quartos, salas e cozinha) no segundo. Como o desenho de sua fachada, de 1915, não correspondeu a sua conformação original, é presumível que tenha sido alterada ainda durante as suas obras possivelmente sob a intervenção do engenheiro José Dantas. (IEPHA/MG, s/d, p. 07)

Mudança significativa no espaço interno veio a ocorrer na década de 20 quando paredes são derrubadas para abrigar o Automóvel Clube que, posteriormente, iria construir sede própria na Avenida Afonso Pena.

A partir de julho de 1926, o palacete Dantas passou a abrigar o clube central, atual Automóvel Clube, recém-criada associação de lazer da elite da capital. Segundo as palavras do então vice-presidente em exercício, D.r J. de Mello Teixeira, justificando a escolha do Palacete para a sede provisória do Clube Central, “voltaram-se as vistas da directoria para o Palacete Dantas, este que ora nos abriga, de propriedade de nosso prezado consócio Dr. José Dantas, prédio que na cidade, pelas suas linhas arquitetônicas, pelo conforto do seu interior, número de compartimentos e instalações com as necessárias modificações, era o único em que poderia instalar condignamente “o Clube”.

Estas “necessárias modificações” resultam na alteração de suas divisões internas, como a demolição das paredes dos quartos, para criação de um grande salão de festas (com novo assoalhamento e mudanças de teto) e a abertura de um arco, ligando-o

A sala de visitas. Segundo a já citado vice-presidente do clube, as obras duraram de janeiro a fins de maio, compreendendo também a reformulação geral da decoração interna, esta e o novo mobiliários ficaram a cargo da casa Laubisch e Hurt, do Rio de Janeiro, vencedora de um concorrência estabelecida pelo clube entre “as casas mais conceituadas na matéria, do Rio e São Paulo”

Reestruturada para sua nova utilização, a edificação passou a possuir amplo salão de festas, salão de recepções, bar e restaurante, sala para senhoras, diversas salas de jogos e outros ambientes elegantes, todos ricamente decorados em diferentes estilos. O clube central foi inaugurado em 14 de junho de 1926 e ocupou o palacete até dezembro de 1929, quando se transferiu para a sede definitiva (IEPHA/MG, s/d, p. 11-15).

SHOPPING OIAPOQUE



Cervejaria Renânia,
Atual Shopping Oiapoque

8

Av. Oiapoque, 78. Construção de 1908 foi largamente transformada ao longo do século XX. Inicialmente era fábrica da Cervejaria Antártica e atualmente abriga o Shopping Popular Oiapoque

Das construções a serem analisadas, a Cervejaria Renânia foi a mais modificada de todas. A ponto de hoje termos, na realidade, somente a fachada da construção como passível de tombamento por parte do poder público. Como se imaginar os corredores estreitos do Shopping Popular abrigando maquinário para produção de cerveja?

Ao mesmo tempo o espaço mais interessante para pensarmos a efetividade da atuação do poder público e a necessidade de se tomar um determinado bem, o espaço não se mostra tão interessante na parte referente à transformação do espaço interno com a conservação de parte considerável do espaço no momento inicial.

Em parecer técnico datado de agosto de 2000, existente no dossiê de Tombamento da Gerência de Patrimônio da Prefeitura de Belo Horizonte, as mudanças no espaço interno da construção, assim como na fachada, são frisadas. Na realidade, comparando a edificação atual com a planta inicial, percebemos que pouco foi

efetivamente preservado, restando-nos basicamente a fachada, bem diferente das demais edificações aqui tratadas.

O Dossiê de Tombamento realizado pela Diretoria de Patrimônio da PBH, foi essencial para percebermos as transformações da construção e o questionamento da preservação da edificação visto terem sido inúmeras as modificações por que passou a construção e a não existência de uma padrão estilístico a ser percebido. Por outro lado, a edificação pode servir de exemplar para a reflexão sobre tempos e usos distintos. Inicialmente fábrica de cerveja, posteriormente é abandonada, até ser finalmente transformada em shopping popular.

CASA RUA DA BAHIA – NET



Rua dos Timbiras, número 1605, esquina com Rua da Bahia. Construída em 1904. Atualmente funcionam O Núcleo de Estudos Teatrais e o Café Cultura

Construído em 1904, seu uso inicial era residencial e comercial. Interessante percebermos como a conformação inicial da construção, com a parte térrea sendo utilizada para fins comerciais foi mantida ao longo dos tempos. A parte superior,

inicialmente utilizada para fins residenciais, hoje possui um uso institucional, sendo ocupado por uma escola de teatro, O Núcleo de Estudos Teatrais.

EM BUSCA DE UM PATRIMÔNIO SENSÍVEL DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

As obras aqui analisadas, todas de autoria de Luiz Olivieri, fazem parte da paisagem da cidade de Belo Horizonte. O que teria essas obras de particular para serem tombadas, para estarem presentes na paisagem e nela terem permanecido? Olivieri teve mais de 400 plantas de obras aprovadas para serem construídas na cidade. Destas, mais de 20 são tombadas pelo Município e foram, principalmente nos anos de 1990, alçadas à condição de patrimônio tombado. A ideia que aqui se defende é que estas construções são parte integrante da imagem que possuímos de Belo Horizonte, dos habitantes da cidade que transitam por suas ruas no seu dia a dia. Elas fazem sentido para a população belorizontina.

De acordo com Jacques Rancière, em seu texto intitulado A partilha do sensível (2005):

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (RANCIÈRE, 2005, p. 15)

Ao considerarmos a partilha do sensível existente na comunidade, devemos pensar também sobre a partilha do sensível da arquitetura da cidade, pensar esta relação entre o conjunto de obras da cidade e a divisão dessas obras, a presença das obras na cidade e a efetiva construção das obras de Olivieri em Belo Horizonte. Como há esta relação hoje com os inúmeros significados partilhados pelos homens que habitam a cidade, como apreender o lugar onde se encontram estas obras no campo sensível da cidade? A dificuldade que aqui se encontra é justamente a de colocar estas obras em um lugar de apreciação e vivência dos habitantes da cidade, a difícil apreensão de um significado além do racional e além do que se encontra em documentos escritos. Outra

dificuldade apresentada é a leitura da obra arquitetônica. Como realizar esta leitura, como pensar arquitetura como um objeto de apreciação estética e, ao mesmo tempo, um objeto funcional, o espaço físico onde vivem os homens.

O sensível de Rancière encontra-se no campo político, de partilha dos significados, significados que referem ao próprio objeto arquitetônico. A política para Rancière encontra-se atualmente no campo da estética. Rancière defende que após a crise da arte, a captação pelo discurso, generalização do espetáculo ou morte da imagem, estes consistem em “indicações sugicientes de que, hoje em dia, é no terreno estético que prossegue uma batalha ontem centrada nas promessas da emancipação e nas ilusões e desilusões da história.” (RANCIÈRE, 2005, p. 12)

Ao se pensar sobre estes objetos como obras de um determinado momento histórico da cidade, objetos que foram esvaziados de sua temporalidade e patrimonializados, busca-se aqui problematizar esta relação entre usos e apropriações no passado e o presente, tensionando a sua existência.

A conformação do Centro Cultural Praça da Liberdade, assim como a da praça Rui Barbosa, onde se encontra o Museu de Artes e Ofício, faz parte de um mesmo processo contemporâneo: espetacularização das cidades, indissociável das novas estratégias de *marketing*, de revitalização, pois procura construir uma nova imagem de cidade enquadrada em novas redes geopolíticas internacionais. É como se para se fazer parte deste novo mundo, a obrigação é seguir estes padrões internacionais que, em nome de um discurso de valorização do local, simplesmente reproduzem mais do mesmo.

No momento em que preservar se tornou obrigação, o dever da memória, a questão central passa a ser como manter estes objetos patrimonializados significativos e refletir sobre os tempos históricos presentes em sua materialidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Maria Ângela Reis de (org.). *Guia de bens tombados de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Prefeitura de Belo Horizonte, 2006.

DUBY, George. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ Editora UFRJ, 1993.

VI Simpósio Nacional de História Cultural
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar
Universidade Federal do Piauí - UFPI
Teresina-PI
ISBN: 978-85-98711-10-2

IEPHA/MG. *Palacete Dantas. Solar Narbona*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura, s/d.

JEUDY, Henry-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo; Ed 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. *O inconsciente estético*. São Paulo: Ed 34, 2009.